

A Investigação no Serviço Social: Os Anátemas de uma Velha Questão

Helena Mouro

A discussão em Portugal sobre a investigação no serviço social assume uma expressão particularmente relevante quando enquadrada na reflexão crítica acerca da relação entre o processo de qualificação do serviço social, na sociedade e crítica pós-moderna, e o seu modelo de afirmação disciplinar na sociedade portuguesa. Se, por um lado, esta reflexão enfatiza o lugar que a investigação tem ocupado na cultura académica e não académica do serviço social, por outro, permite ainda avaliar o percurso da sua produção teórica e conhecimento prático. Este processo crítico tem ocorrido num quadro de viragem das concepções analíticas sobre conhecimento e modernidade e tem-se colocado na fronteira entre o ortodoxo e o paradoxo. A natureza destes problemas cria ainda o contexto crítico necessário para identificar não só as diferentes estratégias utilizadas pelo serviço social, na interacção desenvolvida com as ciências sociais, no que respeita à partilha de conhecimentos, mas também as diversas formas que tem seguido para observar a questão da investigação e da produção do conhecimento no interior do próprio serviço social.

A INVESTIGAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL EM RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Apesar de, nas últimas duas décadas do século XX, se ter tornado dominante um discurso acerca da necessidade da investigação na renovação do serviço social – e, de uma forma particular, no serviço social português – uma análise histórica retrospectiva permite verificar, porém, que a investigação no serviço social não é uma questão ou um movimento apenas contemporâneo. O espaço que a pesquisa social foi ocupando e o seu processo de legitimação e de qualificação profissional, ao longo do século XX, reflectem o significado que as práticas de pesquisa foram sedimentando para a transformação actual do serviço social. Esta tradição da investigação crítica remonta, na verdade, aos finais do século XIX, período em que o serviço social enquanto profissão estava ainda numa fase de organização.

Mesmo antes de terem um estatuto profissional formalmente definido como assistentes sociais, a generalidade dos agentes sociais que trabalhavam nos centros sociais franceses e nos settlements ingleses cedo passaram a participar: no levantamento das necessidades sociais locais; na organização de ficheiros sociais – tendo em vista a implementação de um processo de ajuda organizado – e nos primeiros estudos científicos sobre a pobreza realizados na cidade de Londres por Rowntree, Booth e Bowley. Esta estratégia, que visava implementar um modelo de ajuda social sustentada num conhecimento objectivo da realidade social, conduziu ao surgimento de diferentes pesquisas com influência em algumas experiências em matéria de intervenção social, donde se destacam o trabalho no Centro Toynbee Hall e a actividade de Octavia Hill na área da administração social. No entanto, independentemente dos novos paradigmas de intervenção (Mouro 2004) terem o seu corolário na segunda metade do séc. XIX, já, em 1823, Thomas Chalmers utilizava o questionário como meio de conhecer e avaliar a situação social dos ‘necessitados’ que recorriam à ajuda nas organizações sociais pelas quais era responsável (Vieira 1981: 66).

Estes passos significativos na qualificação da intervenção social demarcaram-se por investirem em estudos sociais e de terreno devidamente fundamentados. Simultaneamente, permitiram ao serviço social, pelo facto de se ter tornado herdeiro natural, por assim dizer, do património das organizações sociais, capitalizar, em termos de linguagem profissional, o exercício analítico já anteriormente

sedimentado e conforme a investigação se expandiu e ganhou um campo próprio como ‘investigação social’. Por isso, Octavia Hill, em 1869, numa conferência realizada em Londres, na Social Science Society (Vieira 1981: 67), assumiu a defesa de uma perspectiva de investigação no campo social não exclusivamente baseada em meros indicadores económicos, mas que contemplasse também indicadores de ordem social. Neste sentido, utilizou o termo ‘investigação’ sempre que fazia referência às suas pesquisas, essencialmente orientadas numa linha crítica que, mais tarde, passou a ser conhecida por ‘investigação-acção’ (Guerra 2002). Deste modo, parece legítimo dizer que Octavia Hill rompeu com o ortodoxo para investir no paradoxo. Integrada num contexto muito marcado pelo paradigma positivista de ciência cultivado pelas ciências exactas e naturais, os seus trabalhos fugiram a este confinamento paradigmático para construir novas metodologias de análise dos problemas sociais que irão influenciar novos processos de intervenção social.

Por sua vez, Mary Richmond – autora clássica do serviço social que investiu fortemente na construção da identidade profissional através da elaboração da primeira proposta metodológica para o serviço social – diz o seguinte, ao fazer alusão à questão da investigação: ‘Investigação social distingue-se da usada nas ciências naturais e da que se segue nos tribunais [...] não tanto porque os factos admitidos não sejam os mesmos [...] mas por ser muito diferente o valor que lhe é admitido’ (Vieira.1981:68). Esta posição de Mary Richmond foi determinante para que o serviço social tivesse assumido a investigação como uma ‘molécula’ onde se deveriam conservar as propriedades características da sua substância. Neste sentido, Richmond tornou a investigação uma ‘coisa pública’ na área do serviço social. E, num curto espaço de tempo, a autora traduziu os seus investimentos teóricos na construção de novas metodologias de intervenção profissional. Assim se compreende que, para tornar claro a sua reflexão sobre o espaço da investigação no serviço social, Richmond tivesse adoptado como emblema e exortação crítica a seguinte afirmação de Octavia Hill: ‘conhecimento do carácter é mais do que saber se o homem é um bêbedo ou a mulher desonesta. É conhecimento das paixões, esperanças, a história da pessoa, em relação às tentações que a assaltam; como planearia a sua vida se fosse apoiada; qual a sua experiência; como mobilizá-la, alcançá-la e ensiná-la’ (Vieira.1981: 67).

Desta forma, e identificada com o pressuposto de análise defendido por Octavia Hill, Mary Richmond tornou-se, no serviço social, a

primeira defensora da teoria como uma ‘orientação para a acção’ (Vieira 1981:90), empenhando-se em definir a pessoa como objecto da intervenção profissional, constituiu a experiência e a observação como os eixos de sustentação dos modelos de abordagem analítica dos problemas sociais e formulou o esquema operativo-funcional que passou a ser, desde então, predominantemente utilizado na actuação profissional dos assistentes sociais. O seu primeiro livro, *Diagnóstico Social*, publicado em 1917, é a expressão deste projecto de renovação crítica e metodológica, sendo considerada a primeira obra no campo do serviço social, do duplo ponto de vista, da reflexão analítica dos problemas sociais e da reflexão da natureza do exercício profissional. Em particular, a teoria da ligação do indivíduo ao meio – tributária da visão da ciência moderna da relação entre a parte e o todo – que Mary Richmond defendia no seu primeiro livro foi novamente valorizada no segundo livro que publicou, em 1922, intitulado *O Que é o Serviço Social de Casos*, tese secundada por Gordon Hamilton, em 1941, quando definiu o Serviço social como: ‘ a arte de ajudar as pessoas a se ajudarem a si mesmas, cooperando com elas a fim de beneficiá-las e, ao mesmo tempo, a sociedade em geral.’ (Vieira 1985: 71). É no quadro deste modelo crítico que foi firmada a teoria da relação da pessoa com o ambiente, na origem da construção de uma teoria do ‘social’ e a afirmação do social como o campo de identidade crítica e epistemológica do trabalho dos assistentes sociais.

Desta forma, o serviço social conduziu o seu trajecto no campo da investigação tendo como quadro de referência um modelo de sociedade orgânica e a vertente económica e social alcançou um peso primordial na grelha de análise dos problemas sociais. Nesta medida, e considerando a estrutura da sua componente analítica, a tendência, porém, foi para focar a atenção mais nos problemas de ordem social do que nas questões da intervenção profissional. Esta questão está particularmente presente na procura de diálogo com as ciências sociais. Na verdade, não obstante o aspecto produtivo deste diálogo, porém, e sobretudo em consequência das transformações ocorridas depois da Segunda Guerra, a própria diversidade e abertura do campo crítico vivida nas ciências sociais intensificou o problema dos limites profissionais e como uma definição demasiado auto-centrada das relações entre investigação e acção, no serviço social, dificultou a afirmação do paradigma do serviço social por relação às ciências sociais e à investigação social. Com o objectivo de superar esta situação, uma renovação epistemológica foi, gradualmente, ganhando afirmação, em particular a crítica da visão auto-centrada do exercício profes-

sional e a promoção de uma expressão propriamente societal dos valores e princípios do serviço social, com o objectivo de ganhar estatuto e reconhecimento epistemológico e, a par da preocupação, largamente difundida nas ciências sociais, de que a pesquisa deve contribuir para a transformação da sociedade.

A natureza das mudanças que ocorreram no final dos anos 1960, abriram uma crise na tranquilidade dos axiomas do bem-estar e do desenvolvimento, no pós-guerra (Giddens 1999). O serviço social, especificamente, foi confrontado com a necessidade de reavaliação dos paradigmas de intervenção e desequilíbrios sociais e novas estratégias contra o conservadorismo na teoria e na prática do serviço social. Em face destes novos desenvolvimentos, uma ‘nova vida’, por assim dizer, começou no serviço social, nas três últimas décadas do final do século XX, no campo da investigação, caracterizando-se por visões menos herméticas e corporativistas. Não obstante esta nova atitude relativamente ao processo de pesquisa, persistiu o conservadorismo, em muitos aspectos, nas formas de pensar o processo de intervenção social, uma contradição que, por vezes, tem por consequência a volatilização e mesmo subalternização dos investimentos na investigação que não chegam a ter influência concreta na solução dos problemas. No entanto, os benefícios da produção teórica na eficácia e na identidade crítica do serviço social foram ganhando afirmação, conforme se aproximava a entrada no século XXI, e sobretudo conforme se tornou evidente que o reforço das competências profissionais do serviço social passa, necessariamente, numa sociedade cada vez mais organizada pelas questões do conhecimento, pela promoção da imagem e da credibilidade académica do serviço social (Chopat 2000).

O SERVIÇO SOCIAL COMO PRÁTICA TEÓRICA

A questão teoricamente importante hoje é o problema da identidade epistemológica do serviço social, ou o modo como as formas específicas da profissão se articulam com uma construção específica de conhecimento crítico. Este é, porém, tanto um ponto de chegada como um novo ponto de partida. Na verdade, este investimento na actualização e construção de novos processos e métodos de intervenção profissional não é um trabalho recente, nem este trabalho foi circunscrito a um número restrito de autores. Se, por um lado, estes esforços foram investidos, ao longo do tempo, especialmente no uni-

verso da acção (Thompson 1988), todavia as questões epistemológicas ou mesmo as de ordem ético-profissional não foram negligenciadas. Para este facto, contribuiu particularmente a produção teórica, desenvolvida os anos 1940-60, por Virgínia Robison Gordon Hamilton, Florence Hollis, Clara Kaiser, Grace Coley, J. Liberman, Doroty Sullivan, Harleigt Trecker, Gisela Konopka, Annett Garret, Walter Petit e Murray Ross. Estes autores tiveram uma influência determinante no papel dominante que o serviço social adquiriu, nos meados do século XX, na gestão dos problemas sociais. Empenhados em não subalternizar o serviço social em relação a outras profissões, o trabalho intelectual e prático destes assistentes sociais foi orientado para a relação produtiva entre o conhecimento sobre sociedade desenvolvido nas ciências sociais e os conhecimentos empíricos adquiridos através da experimentação e da observação postos em prática no campo da prática profissional dos assistentes sociais historicamente sedimentada.

Este processo de transformação da cultura profissional do serviço social foi fortemente impulsionado e intensificado pela vaga do Estado Providência, com o pós-guerra, a reconstrução europeia e o Plano Marshal, as contingências da Guerra Fria e a afirmação socio-política das teorias keneynsianas. A actuação especializou-se por áreas sectoriais ligadas à saúde, emprego/trabalho, habitação, justiça, segurança social e educação, definidas numa correlação com as políticas de bem-estar e integração. Como consequência da adaptação do serviço social ao pragmatismo dos novos processos de intervenção social, porém, uma nova tentação positivista, por assim dizer, ganhou ímpeto e afirmou a sua influência. Neste sentido, se compreende que dentro da perspectiva conservadora existente no serviço social se defendesse (e defenda ainda) que a produção de conhecimento no serviço social entrou, na altura, numa fase empírico-positivista considerada como 'uma tentativa do serviço social a caminho do pensamento e agir científico' (Vieira 1981: 91). No entanto, a influência das teorias freudianas no processo diagnóstico, no trabalho e na formação dos assistentes sociais, que ocorreu na mesma época, acabou por exercer um efeito de descapitalização daquele mesmo esforço de construção de um quadro formal na definição da intervenção profissional. Neste contexto e por influência do surgimento de duas escolas de pensamento no serviço social, irão afirmar-se diferentes modos de representar os processos de afirmação e eficácia profissional. Estas duas escolas são a 'escola diagnóstica' e a 'escola funcional'. A primeira é centrada na teoria, segundo a qual o epicentro da mudança está no assistente social que diagnostica os problemas e cria as estratégias

para a sua solução. A escola funcional, por seu lado, defende que o serviço social, através do relacionamento, ajuda e incentiva o próprio cliente a exercer a mudança.

Estas formas concorrentes de equacionar a orientação da intervenção profissional abrem espaço também para a diversificação na produção teórica. Em certa medida, o crescimento da diversidade crítica e de pontos de vista culturais que acompanhou a formação de uma mentalidade e cultura pós-moderna constituiu o campo que viria permitir capitalizar estas tendências gradualmente sedimentadas, no serviço social, em direcção à heterogeneidade na formulação da profissão e na natureza do conhecimento teórico produzido. A dificuldade tradicional em definir os limites e as relações entre prática e teoria, formulação crítica e intervenção transformativa, no serviço social, no entanto, se mantém, mas agora o próprio crescimento vertiginoso da especialização, fragmentação e complexidade na sociedade e na cultura implica mais a transversalidade e a interpenetração do que a distinção formal entre prática e teoria (Chauvière;Tronche:2002). O serviço social tende hoje a se constituir como uma 'prática teórica', ou a conjugação entre um modelo de acção que é intelectualmente constituído e um modelo crítico formalmente imbuído no campo da realidade e da responsabilidade. Por outro lado, esta acomodação do serviço social no contexto pós-modernista do pensamento e da acção precisa ser necessariamente marcada por uma crítica reflexivista acerca do papel exercido pelo próprio serviço social na reprodução de um modelo de gestão social das desigualdades que, através da mentalidade assistencialista ou então da mistura conservadora entre radicalismo e sentimentalismo assegurava a própria reprodução da desigualdade e da injustiça.

Na realidade, esta renovação crítica do serviço social não é o produto recente de uma 'ruptura' pós-moderna com o passado, mas, ao contrário, o momento pós-moderno permite capitalizar e dar uma nova oportunidade prática ao desenvolvimento de novas direcções que não foram recebidas de fora, mas construídas ao longo do próprio desenvolvimento histórico do serviço social. Por isso, o momento actual conjuga, simultaneamente, um ponto de chegada e um ponto de partida. Ou seja, foi a sedimentação histórica e, em particular, a afirmação (embora feita de muitas oscilações) de uma cultura científica no serviço social, que veio permitir a sua integração no ensino universitário. E, por outro lado, a globalização também não é um fenómeno recente para o serviço social. Em particular, o serviço social, na América Latina e, no Brasil, por excelência, não é um mero

tributário dos desenvolvimentos da profissão na Europa e nos Estados Unidos, mas um fecundo terreno de mudança epistemológica, institucionalização académica, novas eficácias de intervenção, novas linguagens críticas e sucesso no reconhecimento político da importância do serviço social na promoção da justiça e da cidadania.

Em suma, com este artigo defendo a perspectiva que a investigação no serviço social não é de todo uma direcção recente, contra uma falsa ideia que tem ganho alguma popularidade. Esta tradição teórica atravessou alguns dilemas fundamentais que, na verdade, impediram, em muitos aspectos, a sua consolidação, expansão e influência, em particular, uma persistente tensão entre prática e teoria e, por outro lado, a relação desigual com a hegemonia das ciências sociais na organização académica e epistemológica do pensamento social. A tendência, actualmente, porém, é que um novo senso de prática teórica passou a definir a própria identidade epistemológica do serviço social, como profissão e como disciplina, em simultânea diferença e interdisciplinaridade com outras práticas críticas sobre sociedade e justiça. A relação com as ciências sociais não pode, neste sentido, ser a subordinação do pensamento no serviço social a um 'anexo' do pensamento sociológico, mas, ao contrário, servir para afirmar o campo específico desta disciplina e profissão activa no quadro do pensamento social. Finalmente, e seguindo a lógica do consumo do conhecimento, poderemos concluir que houve fases da vida do serviço social em que este foi mais produtor de conhecimentos, outras em que se tornou mais consumidor, o que pode ser entendido, de qualquer forma, como o movimento de maturidade do serviço social numa interacção criadora de cultura pública.

REFERÊNCIAS

- Chauvière, Michel; Tronche, Didier
2002 *Qualifier le Travail Social: Dynamiques Professionnelles et Qualité de Service*. Paris, Dunod.
- Chopart, Jean Noel
2000 *Les Mutations du Travail Social: Dynamiques d'un Champ Professionnel*. Paris. Dunod.
- Giddens, Anthony
1999 *Consecuencias de la Modernidad*. Madrid: Alianza Editorial.

- Guerra, Isabel
2002 *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção: O Planeamento em Ciências Sociais*. Lisboa: Principia.
- Mouro, Helena
2004 'Sistemas e Modelos de Protecção Social: Da Caridade à Assistência'. *Interacções* 5, pp.131-59.
- Thompson, Neil
1988 *Understanding Social Work: Preparing for Practice*. Nova Iorque: Palgrave.
- Vieira, Balbina Ottoni
1981 *Serviço Social: Processos e Técnicas*. Rio de Janeiro. Agir.
- 1985 *História do Serviço Social*. Rio de Janeiro. Agir.
- Chopart, Jean Noel
2000 *Les Mutations du Travail Social: Dynamiques d'un Champ Professionnel*. Paris. Dunod.

**A Investigação no Serviço Social:
Os Anátemas de uma Velha Questão****Research in Social Service:
The Anathemas of an Old Issue****Sumário****Summary**

A transformação do pensamento, no serviço social, é particularmente marcado, hoje, pela procura de uma identidade epistemológica própria, fundada na investigação e na prática de pesquisa que, segundo certas perspectivas, parecem ser uma inovação. O argumento deste artigo é dirigido contra este último equívoco, demonstrando que a procura de uma dimensão epistemológica e de uma prática crítica distintivas constitui, na verdade, um princípio que conduziu a história do serviço social, desde o seu início. Este desenvolvimento foi, no entanto, dificultado por oscilações na definição da relação entre teoria e prática, por relação à eficácia e a natureza do trabalho no serviço social. O momento actual é, neste sentido, de maturidade nestas questões tradicionais, conforme o serviço social tende a se afirmar, na opinião da autora, como uma 'prática teórica' ou uma identidade crítica e epistemológica, fundamentada numa conjunção própria entre intervenção e pensamento social. O sucesso desta relação depende, porém, da convicção que o serviço social não é uma mero recipiente de ideias e modelos críticos importados do pensamento sociológico e das ciências sociais.

Today, the transformation of thought, in social service, is particularly marked by the search for an epistemological identity of its own, founded on research and research practice that, according to certain perspectives, seems to be an innovation. The argument of this article is directed against this last equivocation, showing that the search for a distinct epistemological dimension and critical practice constitutes, in fact, a principle that conducted social work history, since its very beginning. This development was, however, made difficult by oscillations in the definition of the relation between theory and practice, concerning the efficacy and the nature of social work. In that sense, the present moment represents, in fact, the maturity of traditional issues, as social service tends to affirm itself, in the author's opinion, as a 'theoretical practice', or a critical and epistemological identity settled on a proper conjunction between intervention and social thought. The success of this relationship depends, nevertheless, on the conviction that social work is not a mere recipient of ideas and critical models imported from sociological thought and the social sciences.